LEI N.º 1.419

**INSTITUI PROGRAMA DE RENDA MÍNIMA,
AUTORIZA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Ouro Branco, por seus representantes legais aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a instituir no âmbito do Município Programa de Renda Mínima, com objetivo único de oferecer às famílias em situação de penúria e miserabilidade, oportunidade de exercício de atividade remunerada em frentes de trabalho transitórias.

Parágrafo único - Entende-se por situação de penúria e miserabilidade aquela família cuja renda mensal per capita seja inferior a meio salário mínimo mensal.

Art. 2º O programa descrito no artigo anterior, destina-se a amenizar o impacto do desemprego no Município, propiciando meios dignos para os chefes de família manterem seus lares.

Art. 3º Para atender aos fins do Programa, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a contratar servidores, em contrato administrativo, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, c/c art. 111 da Lei Orgânica Municipal, que prestarão serviços em meio expediente, em caráter excepcional e temporário.

Art. 4º As contratações de que tratam o art. 1º desta Lei, serão por prazo determinado, em contratos administrativos com vigência de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, para a função pública.

Parágrafo único - A jornada de trabalho dos contratados a que se refere o *caput*, corresponderá à disciplinada no inciso XIII, do artigo 7º da Constituição Federal, com remuneração correspondente a um salário mínimo, podendo ser reduzida, mediante remuneração proporcional às horas contratadas.

Art. 5º Para atender aos fins desta Lei, ficam criadas em caráter transitório, 100 (cem) vagas de Função Pública, a

serem preenchidas na forma do disposto no artigo primeiro, após estudo sócio-econômico pela Divisão de Promoção Social.

Art. 6°. As despesas originárias desta Lei serão suportadas por dotações próprias, consignadas no orçamento vigente, podendo o Executivo municipal proceder a suplementação orçamentária que se fizer necessária.

Art. 7° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Ouro Branco, 12 de maio de 2.003.

Élio Mécio Lopes
Prefeito Municipal

Dra. Flávia Soares Moreira Chaves
Procuradora Geral